



18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 07 – Fronteiras e Deslocamentos: o fazer sociológico nos
espaços fronteiriços

A fronteira norte do Brasil como um lugar de trânsito de pessoas e objetos: Um olhar
sociológico a partir da fronteira Brasil/Venezuela

BRASÍLIA
2017

A fronteira norte do Brasil como um lugar de trânsito de pessoas e objetos: Um olhar sociológico a partir da fronteira Brasil/Venezuela

Alessandra Rufino Santos (UFRGS/UFRR)¹

Karl Martin Monsma (UFRGS)²

Resumo

Este trabalho parte do pressuposto de que as fronteiras são representações simbólicas devido ser um lugar de interação e de hibridação cultural. Em seu sentido geográfico e político, a fronteira representa o limite de um país ou território. Dessa maneira, temos fronteira como uma linha imaginária e divisória de duas nações, delimitando o território que cada uma delas ocupa. Nessa lógica, a fronteira do Brasil com a Venezuela, mencionada neste trabalho como fronteira norte do Brasil, serve para o reconhecimento e definição de identidades. Estas são compreendidas como um processo em que são construídos significados, baseados em atributos culturais. Atualmente, a fronteira em questão se constitui e se modifica por meio das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos sociais ao longo do tempo. São nessas relações que o espaço fronteiriço adquire o sentido simbólico, marcado pelas relações constituídas no comércio pelos cidadãos que vivem ou transitam nas duas cidades: Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uiarén (Venezuela). Logo, o espaço transfronteiriço estimulado pelas atividades comerciais marcou o surgimento de estratégias políticas e econômicas entre as cidades fronteiriças já mencionadas, tornando a circulação de pessoas, objetos, mercadorias e informações mais intensa. Esta realidade proporciona a seguinte reflexão: todo o processo de formação de uma fronteira segue caminhos diversos, visto que é marcado por atores e circunstâncias particulares que fazem parte do espaço social transfronteiriço.

Palavras-chave: Fronteira; Migração; Relações sociais.

1. Introdução

A fronteira norte do Brasil, pensada sob a ótica da fronteira do Brasil com a Venezuela, abrange o estabelecimento de relações distintas que facilitam a existência de um intercâmbio cultural, social e político que contribui para que a diferenciação entre o “eu” e o “outro” seja perceptível. Dessa maneira, nesse espaço fronteiriço tanto a identidade quanto a alteridade configuram as relações sociais que

¹ Doutoranda em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Professora Assistente de História do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: alessandra.santos@ufr.br.

² Professor Associado de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde também é professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Também é colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Pública de Cabo Verde. E-mail: karlmonsma@hotmail.com.

envolvem um processo de contradições e ambiguidades que podem ser identificadas através do surgimento da diferença.

Nessas breves reflexões, a fronteira torna-se um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que a disputa pela definição da linha que separa tanto a cultura e a natureza, quanto o homem do animal, ainda tem visibilidade. Seguindo essa linha de pensamento, Martin (1997, p.15) esclarece que a origem da fronteira reside em cada movimento, “que é próprio de cada ser vivo e não implica uma zona de paragem duradoura, mas pelo contrário, uma paragem momentânea frente à falta de condições vitais necessárias à continuação do movimento ou então, frente a resistência de outro movimento no sentido oposto”.

Sendo assim, para o mesmo autor, a fronteira poderá avançar se as condições vitais o favorecerem nesse sentido ou se o movimento no sentido contrário enfraquecer. Desse modo, na concepção de Martin (1997, p.16), a fronteira “está sempre associada à ‘área de difusão’ tanto das espécies vegetais e animais, quanto das províncias rochosas, de relevo ou de solo, ou mesmo climáticas, do mesmo modo como analogamente pode falar, em termos sociais, das ‘áreas’ ocupadas por determinados grupos étnicos, linguísticos, políticos, etc”.

Embora a definição de fronteira utilizada por Martin (1997) seja originária da geografia, a mesma contribui com o desenvolvimento de um pensamento sociológico ao estimular o seguinte questionamento: a fronteira é uma categoria sociológica? Como resposta os autores Weber (1974), Lênin (1980) e Turner (1963) destacam que a fronteira é uma categoria chave da interpretação sociológica.

Para os três autores, a ideia de “fronteira” está associada a uma estrutura de terras livres abertas à colonização, ou seja, à ocupação por agricultores interessados na posse e cultivo da terra, seja para sua subsistência ou principalmente para a comercialização. A esse respeito, Silva (2011) explica que a fronteira torna-se um elemento importante em um contexto mais amplo de transformações, com a emergência de uma agricultura comercial e capitalista em lugar das antigas formas de agricultura feudal. Nessa explicação, há uma conexão desta fronteira com a expansão do capitalismo agrário e com os processos conhecidos como modernização destas sociedades.

Mas voltando ao questionamento de que “a fronteira é uma categoria sociológica?”, Martins (2009, p.10) refere-se à fronteira “como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios

da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”.

Essa definição de Martins (2009) nos estimula a compreendermos a fronteira amazônica como o espaço próprio do encontro das sociedades e culturas diferentes. Dito em outras palavras, a fronteira norte do Brasil também pode ser reconhecida como a busca desenfreada de oportunidades. Isso significa que o homem vem transformando o meio onde vive para satisfazer suas necessidades físicas e naturais.

O cenário mencionado é propício ao desenvolvimento do pensamento sociológico, tendo em vista que, para Bauman e May (2010, p. 08), “desenvolver um pensamento sociológico não só facilita nossa compreensão um dos outros e de nós mesmos, mas também propicia explicações importantes para a dinâmica das sociedades e das relações sociais como um todo”.

Diante dessas questões acerca da fronteira norte do Brasil, a construção do conhecimento sociológico sobre essa região supõe a escolha de temáticas sociais emergentes e de teorias sociológicas explicativas da realidade, com seus conceitos inter-relacionados. Por conta disso, o referido capítulo tratará dos elementos que ajudam a pensar a situação migratória na fronteira Brasil/Venezuela, tomando como referência a territorialidade e redes no comércio e na sociedade dessa fronteira para retratar as relações sociais nesta fronteira. Por fim, para facilitar o entendimento dessa realidade fronteiriça, apresentará os aspectos referentes a esse espaço como um lugar de integração, dando ênfase as questões culturais e identitárias.

2. Elementos para pensar a situação migratória na fronteira Brasil/Venezuela

A fronteira do Brasil com a Venezuela é reconhecida, do ponto de vista sociológico, como um lugar singular de trânsito e também de encontros culturais e de jogos de identidades. Essa percepção da fronteira como lugar de contato remete à ideia de movimento e de trocas, de relações culturais e linguísticas, o que permite uma compreensão das dinâmicas das migrações sul-americanas e do processo de interação entre o Brasil e a Venezuela.

É importante frisar que, na contemporaneidade, a fronteira do Brasil com a Venezuela tornou-se um lugar de grande complexidade onde vivem populações indígenas de diversas etnias, migrantes regionais e de todos os continentes. Tal

complexidade está relacionada, em especial, ao fato de constituir-se em múltiplas fronteiras no sentido de limite territorial e de soberania entre os Estados nacionais.

Dentro dessa discussão, o processo migratório entre brasileiros e venezuelanos na fronteira do Brasil com a Venezuela, de um modo geral, sempre foi marcado pelo deslocamento de brasileiros para a Venezuela do que de venezuelanos para o Brasil. A respeito da migração brasileira na fronteira já mencionada, Rodrigues (2009) e Vasconcelos (2013) verificam que a migração de brasileiros para a fronteira do Brasil com a Venezuela representa um processo marcado por três fases.

A primeira fase iniciou-se na década de 1970 e caracterizou-se por uma migração predominantemente masculina, tendo como principal estímulo o declínio da mineração na região do Tepequém³ e na região Nordeste do Estado de Roraima. Com este acontecimento, muitos brasileiros emigraram para atuar nas áreas de mineração ao Sul da Venezuela, localizadas precisamente na Gran Savana, Maturin e Ciudad Bolívar.

A segunda fase, por sua vez, iniciou-se nos anos 1990 e também foi estimulada pelo declínio da mineração nas áreas de garimpagem em Roraima e pelo fracasso dos projetos de colonização e assentamento. Apresenta como principal característica uma migração de homens e de mulheres, estimulando a reunificação familiar e a participação das mulheres nas atividades indiretas da mineração, tais como cozinheiras e lavadeiras nos próprios garimpos ou nas vilas e centros de apoio. Cabe ressaltar que, parte dessas mulheres também atua na prostituição.

Já a terceira fase iniciou-se nos anos 2000 e tornou-se marcada pelo aumento da migração feminina para Santa Elena de Uairén. Muitas mulheres passaram a trabalhar no comércio local, nos restaurantes de brasileiros, no ramo do embelezamento, no serviço doméstico e nas casas noturnas e prostíbulos. Nesta fase, também passou a existir uma migração de retorno para o Brasil, uma vez que muitos garimpos na Venezuela foram fechados devido a uma intensa fiscalização.

A descrição acima demonstra que o fenômeno migratório não pode ser analisado somente por uma perspectiva individual, mas como um projeto coletivo

³ Localizada a cerca de 40 km da cidade de Amajari, em Roraima, e a 210 Km da capital Boa Vista, tornou-se conhecida como o grande Eldorado roraimense. As riquezas minerais dessa região atraíram inúmeros garimpeiros entre as décadas de 1930 e 1970.

cujas consequências são compartilhadas tanto no lugar de destino migratório quanto no lugar de origem.

Diante disso, ao transpor uma fronteira, o migrante parte em busca da concretização de um projeto, levando na bagagem muitas memórias, muitas lembranças. Conforme Cardoso (2012), estas lembranças – de familiares, de amigos, da cidade – vão acompanhar o projeto migratório, sendo elas, muitas vezes, as motivadoras para a continuidade do projeto. Esse tipo de situação aconteceu com o brasileiro João Fernandes⁴, de 48 anos, natural de Sobral/CE, que trabalhou nos garimpos da Venezuela, entre os anos de 1996 a 2008, e atualmente é comerciante na cidade de Pacaraima:

Eu saí do Ceará muito jovem, aos 18 anos. Acompanhei meus pais e irmãos até Roraima em busca de melhores condições de vida porque a nossa situação econômica no Ceará não estava fácil [...] Chegamos em Boa Vista por meio da indicação de um tio, irmão do meu pai, que trabalhava no garimpo. Meu pai não quis se aventurar no garimpo. Como lá no Ceará vivíamos da roça, aqui em Roraima não foi diferente. Meu pai conseguiu um lote na Confiança. A família toda foi pra lá [...] Mas a situação no interior não é fácil. Sem escola, como o agricultor educa os filhos? [...] Por isso fomos para Boa Vista estudar. Mas eu, por exemplo, nunca me dei bem na escola. Sempre gostei de serviço puxado. Não segui adiante com os estudos. Sem estudo ficou difícil viver em Boa Vista e por esse motivo resolvi me aventurar nos garimpos da Venezuela. Mesmo estando em espaço venezuelano, eu sempre lembrei do Brasil, não do Ceará, mas de Roraima, eu me sinto roraimense [...] Ter me mudado para a fronteira me possibilitou não ficar distante do meu país e ter contato com outros povos [...] Foi com o dinheiro do garimpo que montei esse negócio pra mim aqui em Pacaraima [...] Não voltei para Boa Vista porque eu acho Pacaraima um lugar tranquilo, também gosto do clima daqui, gosto da fronteira porque tenho a possibilidade de ter contato com muitas pessoas diferentes, muitas culturas. Até hoje não tenho do que reclamar [...] Apesar de eu não ser mais jovem, se eu ver que aqui a coisa não está boa pra mim, irei para outro lugar [...] nunca deixarei de lutar por meus sonhos e pelos sonhos da minha família. (Entrevista concedida a Alessandra Rufino Santos em 18/02/2015).

A fala de João Fernandes evidencia como a experiência migratória é marcante para aqueles que optam vivenciá-la. É importante notar que, Vasconcelos

⁴ Nome fictício.

(2013) inclui um terceiro elemento que marcou a terceira fase do fluxo migratório de brasileiros para Venezuela: a regulamentação das formas de provimento no serviço público no Estado de Roraima, que tanto contribuiu para incentivo de um fluxo de migração interno no Estado, quanto para deslocamento de trabalhadores para a fronteira, uma vez que foram extintas as cooperativas de serviço que contratavam pessoas para trabalhar de forma terceirizada no setor público sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. Diante da exigência pelo poder judiciário para a regulamentação do acesso ao quadro de funcionalismo público do Estado por meio de concurso público, em 2004, cerca de 20 mil pessoas foram exoneradas sem nenhuma garantia de direitos. Em decorrência disso, em 2005, intensificou-se a migração de mão de obra mais especializada para o Estado de Roraima devido ao grande número de ofertas de vagas nos concursos públicos. Logo, muitos dos trabalhadores exonerados não conseguiram retornar ao serviço público, por meio de concurso público, principalmente trabalhadores de baixa qualificação, como: auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, motoristas, entre outros, recorrendo ao mercado de trabalho informal na fronteira do Brasil com a Venezuela.

No que se refere a prática migratória de venezuelanos para o Brasil, em especial Roraima, cabe mencionar que é uma ação recente motivada pela atual crise política e econômica, que tem como uma de suas consequências o desequilíbrio social, responsável por ocasionar a saída de muitos homens e mulheres de nacionalidade venezuelana para o país vizinho. Neste caso, o Brasil é escolhido por sua proximidade física com a Venezuela e pela percepção de que sua população é dita como acolhedora. Outros fatores que têm impulsionado a saída de parte da população venezuelana para o Brasil são pequenos benefícios como supermercados com suprimentos alimentares essenciais, tendo em vista que a Venezuela tem sido desabastecida de alimentos.

Inicialmente a presença venezuelana, em Roraima, estava restrita a Pacaraima. No entanto, os últimos anos, em especial 2016 e 2017, estão sendo marcados pelo grande fluxo de imigrantes que passaram a residir na capital de Roraima, a cidade de Boa Vista, considerada uma extensão da fronteira Brasil/Venezuela por ser a capital mais próxima de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

Atualmente, o Estado de Roraima possui um pouco mais de 500 mil habitantes e trata a chegada dos venezuelanos como causa humanitária. Segundo

informações fornecidas na audiência pública sobre a imigração venezuelana em Roraima, realizada no mês de setembro de 2016 na Assembleia Legislativa de Roraima, já eram 30 mil venezuelanos que nos últimos 6 (seis) meses deixaram seu país e cruzaram a fronteira com o Brasil. Destes, segundo o setor de imigração da Superintendência da Polícia Federal em Roraima, 1.800 (um mil e oitocentos) pediram refúgio em Roraima (FOLHA WEB, 2016).

Em decorrência disso, a mídia roraimense tem divulgado que com a chegada dos venezuelanos aumentou, em Roraima, os atendimentos nos ambientes hospitalares, a violência e casos de prostituição. A mídia também tem exposto constantemente que refugiados venezuelanos mudam de carreira para arranjar emprego em Roraima, tendo em vista que, sem opções de trabalho, muitos deles se veem obrigados a mudar de profissão para arranjar emprego no Brasil e ajudar os familiares que continuam no país fronteiriço ao Estado.

No que se refere aos brasileiros que retornaram da fronteira do Brasil com a Venezuela, muitos relatam que, com a crise econômica na referida fronteira, o mercado de trabalho para os brasileiros começou a passar por momentos difíceis, devido a taxa de desemprego elevada, estimulando, inclusive, a saída de venezuelanos de seu país. No entanto, para os brasileiros que ainda permanecem, na referida fronteira, a crise econômica é uma oportunidade para ganhar dinheiro. Por isso que a fronteira do extremo norte do Brasil ainda representa a busca pelo “el dourado”.

Assim, pensamos as migrações para a fronteira norte do Brasil como uma oportunidade para muitos migrantes buscarem uma terra de riquezas, o que nos indica a ideia de que esta região necessita de desenvolvimento. Deste modo, a fronteira norte do Brasil depende do desenvolvimento econômico trazido pelos atores sociais que vivem nesse espaço, estimulando uma maior integração política, social e cultural entre povo fronteiriço.

3. Territorialidade e redes no comércio e na sociedade da fronteira Brasil/Venezuela

Atualmente, as fronteiras estão deixando de ser vistas como um espaço que separa, passando a ser um espaço de reflexão e integração, aproximações culturais diversas e solidariedades, como se observa na fronteira Brasil/Venezuela.

Nessa perspectiva, Raffestin (2004, p. 10) afirma que a noção de fronteira é ao mesmo tempo material e moral. Num sentido mais amplo da palavra fronteira, ela não é somente um fato geográfico delimitado por linha imaginária, mas também é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas. Nesse contexto, as fronteiras nascem das diferenças impostas pelos costumes, valores morais e sociais de uma sociedade. Assim, ela é entendida como um cenário do indivíduo autônomo, que possibilita a ação econômica para expressar a necessidade de sobrevivência de uma cultura.

Percebe-se, com isso, a importância de compreender o conceito de territorialidade como um conceito marcado por um esforço coletivo de um grupo social para usar, controlar e ocupar uma parte específica da fronteira Brasil/Venezuela. Além do mais, por meio desse processo, constatou-se que, na fronteira mencionada, a falta de um instrumento para intensificar as inter-relações das comunidades fronteiriças, primeiro passo rumo a uma efetiva integração. Isso indica que, na prática, as regiões fronteiriças ou transfronteiriças ainda não contam com legislação específica nem com projetos de estímulo realmente orientados para elas. A ação, quando empreendida, tem partido dos governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a interação local.

Dessa forma, as iniciativas locais de integração em muitas regiões de fronteira derivam do interesse delas se afirmarem como saídas preferenciais de escoamento ou como regiões de turismo mais destacadas. Para Steiman e Machado (2002, p. 09-10), “não é por acaso que um dos principais fatores a intervir na promoção da cooperação é a existência de uma elite política *local* empreendedora, que esteja disposta a investir tempo, esforços e dinheiro em promover o desenvolvimento de redes transfronteiriças”.

Em Roraima, o atual governo vem buscando essa integração com a Venezuela, através de encontros e acordos binacionais, por meio das redes do comércio e da sociedade fronteiriça. Nessa mesma linha de raciocínio, Raffestin (1981) expõe que as redes constituem um meio de produzir o território.

Outra característica é que a densidade e a diversidade das redes presentes no espaço geográfico são fatores essenciais para determinar os limites do território. Sendo assim, as redes podem ser classificadas em: redes naturais (rede fluvial; rede de caminhos), redes infraestruturas ou técnicas (transporte; comunicação),

redes transacionais (poder econômico-político) e redes informacionais (cognitivas). De acordo com Dias (2007, p. 11), contemporaneamente os fluxos atravessam fronteiras e introduzem uma nova ordem nos problemas sociais.

Neste caso, os fluxos migratórios se ampliam e formam regiões transfronteiriças, que rompem os limites territoriais dos estados nacionais. Apesar dessa característica, Saquet (2007) diz que todo território é definido e delimitado segundo as relações de poder, domínio e apropriação que nele se instalam. A partir desse princípio, a territorialidade é a relação entre os agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo na noção de espaço geográfico. Ela pode ser entendida, na verdade, com a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas.

Saquet (2007) diz ainda que a compreensão do território exige o conhecimento de sua territorialidade. Mas para isso, é necessário que fique claro que um território é composto por várias territorialidades. Nessa mesma lógica, são os processos sociais que produzem, modificam, sustentam, reforçam e conservam determinado território. Com isso, fica claro que historicamente as sociedades se territorializam, desterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades materiais e imateriais.

Para Haesbaert (2005, p. 6776), “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. O autor também afirma que todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo, seja como fonte de “recursos naturais”.

Sendo assim, Saquet (2007) reforça a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, variando no tempo e no espaço, com um caráter (i)material ligado aos três mundos: do real, das sensações e da representação. Nessa visão, o autor conceitua territorialidade com um caráter relacional: produto de uma coletividade, na qual os indivíduos mantêm relações entre si. Embora indique uma compreensão múltipla da territorialidade, dá ênfase à dimensão política.

Diante do que foi exposto, o Brasil, por meio do Estado de Roraima, confere, no contexto regional, importância prioritária às relações com a Venezuela, pois com ela compartilha uma de suas faixas de fronteira e a condição de país amazônico, embora a região de fronteira entre os dois países não seja marcada por floresta e sim lavrado⁵. Por fim, existe ainda uma troca cultural constante entre brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil-Venezuela tanto em Pacaraima (lado do Brasil) e Santa Elena de Uairén (lado da Venezuela), e muitas vezes essa troca cultural se estende a Boa Vista, capital de Roraima, considerada por muitos como uma extensão da fronteira Brasil/Venezuela, devido ser a capital mais próxima das duas cidades fronteiriças.

4. Relações sociais na fronteira: A fronteira Brasil/Venezuela como lugar de integração, cultura e identidade

Caracterizar a fronteira Brasil/Venezuela numa perspectiva cultural implica reconhecê-la na perspectiva sociocultural, já que o ambiente fronteiriço é construído por sujeitos sociais para o exercício de relações cotidianas que os envolvem. Neste trabalho, os sujeitos sociais também são denominados de fronteiriços, o que proporciona o ambiente fronteiriço ser compreendido por meio das manifestações de sociabilidade. Para isso, a pesquisa está sendo fundamentada metodologicamente por entrevistas, reportagens jornalísticas, fontes oficiais, bibliográficas e dados estatísticos. Sem dúvida, essa diversidade de fontes poderão contribuir com o entendimento dos aspectos divergentes e convergentes relacionados aos brasileiros e venezuelanos que estão inseridos em uma situação de fronteira.

A partir disso, podemos pontuar as condições que fazem da fronteira um espaço que vai além do que o Estado apresenta enquanto limite para o Brasil e a Venezuela. Espaço que se caracteriza pelo princípio de que a fronteira não é

⁵ Lavrado é um termo utilizado em Roraima para definir a região de savana situada na porção nordeste deste Estado da Amazônia brasileira. Trata-se de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e de outros serviços ambientais amazônicos. Esta paisagem faz parte do grande sistema de áreas abertas estabelecido entre Brasil, Guiana e Venezuela (68.145 km²). O lado brasileiro, totalmente restrito à Roraima, detem 62,6% (42.706 km²) de todo este complexo. Dentro da divisão de biomas e ecorregiões que o Ministério do Meio Ambiente do Brasil adota, esta grande paisagem é definida como a ecorregião das "Savanas das Guianas", inserida no Bioma Amazônia.

necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Nesse ponto de vista, a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é, para Martins (1997, p.13), “fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano”.

Cabe notar, que assim como Martins, Cardoso de Oliveira (2005), não dilui os sujeitos sociais, participantes diretos desse contato, no grande caldeirão do desenvolvimento e integração nacional. Nesse diálogo, a fronteira é evidenciada enquanto um lugar construído por meio de práticas sociais, pautadas nas relações entre indivíduos e coletividades, deixando de forma implícita a presença do Estado nesse espaço e nessas relações.

Em sentido contrário, Grimson (2005, p.22-23) acredita que “o Estado aparece de forma evidente, tendo ao lado de nação e fronteira um papel importante na reflexão desenvolvida sobre os processos contemporâneos”. De certa forma, o autor dá uma resposta ao pensamento que apregoava o fim das fronteiras internacionais e critica diretamente a postura de não se perceber as populações de fronteiras como relevantes para a construção do estado e da nação. Nesse seguimento, o mesmo autor diz:

La cuestión contemporánea es cómo las negociaciones identitarias en las fronteras afectan la construcción de nuevos sentidos de la nacionalidad y, a la inversa, cómo las nuevas políticas definidas desde los centros político- económicos transforman la vida cotidiana y la experiencia de las poblaciones locales [...] que las poblaciones fronterizas pueden ser tan importantes en la construcción del estado y de la nación como las zonas consideradas centrales.

De forma elucidativa, Becker (1991, p.10) reconhece que o conceito de fronteira muda no tempo e a Amazônia está inserida nesse novo tempo, “a fronteira no final do século XX tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos”. Desse modo, a referida autora destaca que o singular dessa fronteira reside em três características: (a) já nasce heterogênea; (b) já nasce urbana; (c) o governo federal participa efetivamente no planejamento e investimento infra-estruturais.

O pensamento de Becker (1991) é importante para ilustrar que a cidade de Pacaraima, cidade brasileira que faz fronteira com a Venezuela, surgiu a partir de uma série de medidas estratégicas que são fomentadas por um programa nacional do governo militar. Vale ressaltar que, antes de ser decretada cidade, Pacaraima já possuía uma infraestrutura para atender os moradores, que, em grande parte, se deslocaram para a referida cidade através dos processos migratórios.

Dessa forma, a fronteira não se resume apenas a um espaço físico que separa alguma coisa de outra coisa, muito menos a uma linha impressa no mapa que indica limite entre estados nacionais. Apesar disso, durante certo tempo, para algumas áreas de conhecimento, esse entendimento já bastava. Na contemporaneidade, alguns autores como Grimson (2005), Cardoso de Oliveira (2005), Faulhaber (2001) e Martins (1997), apontam para uma compreensão que leva em conta a fronteira enquanto um espaço social, de interações e relações entre os diferentes indivíduos, grupos e estados.

Isso significa para Augé (2010), que o espaço se torna importante não como elemento primeiro de análise, mas como consequência das práticas coletivas e individuais. O espaço é reivindicado pelas coletividades e pelos indivíduos que a elas se ligam como necessidade de se pensar a identidade e a relação. Em consequência disso, Augé (2010) assevera que o espaço precisa ser entendido como uma construção social.

Neste sentido, a fronteira precisa ser pensada como um espaço geográfico que possui um sentido social, assumindo o caráter do lugar praticado. Com isso, pode-se afirmar que os indivíduos fronteiriços, devido à prática do deslocamento entre ambos os países, se constituem sujeitos sociais de um processo de circulação e fluxo que repercute na complexidade das zonas de fronteiras, como afirmou Cardoso de Oliveira (2005, p.14):

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa.

Em regiões de fronteiras, por exemplo, a identidade étnica e a identidade nacional a todo o momento se impõem uma a outra, exigindo maiores esclarecimentos sobre a forma como as redes de relações sociais contribuem com os processos de interação social entre a população migrante e a população nativa. Nesse contexto, a identidade étnica e a identidade nacional podem ser analisadas segundo a noção de identidade que Cardoso de Oliveira (2005) formulou e também segundo a discussão conceitual sobre grupo étnico de Barth (1998).

Os grupos étnicos são um tipo de organização social que, segundo Barth (1998), pode-se entender quando os membros de um grupo se utilizam da identidade étnica para definirem a si e aos outros, o que pressupõe um certo conjunto de regras e valores sociais que se estabelecem no processo de interação. Com esse olhar é possível entender as especificidades das interações sociais na fronteira, tendo claro que, no estudo da fronteira do Brasil com a Venezuela, esses grupos étnicos marcam suas identidades com base na relação com o lugar de origem, na descendência e nos fenótipos.

No entanto, para apontá-los como substrato dessa realidade, é importante situar o significado de fronteiras étnicas em que Barth (1998) ressalta o sentido de fronteiras sociais para melhor explicar como se atualizam as identidades, mesmo quando os integrantes de um grupo se relacionam com os de outro grupo, ocasiões em que se revelam limites de inclusão e de exclusão nos representativos grupos.

Na fronteira do Brasil com a Venezuela o cotidiano dos grupos étnicos e nacionais desenha-se segundo um movimento de deslocamento diário e transnacional. Em consequência disso, uso das redes de relações sociais torna-se importante para discutir e interpretar os modos de vida dos moradores da fronteira em situação de pluralidade étnica e transnacionalidade. Logo, a ideia que surge é a de interpretar a cultura local e as redes de relações sociais que ali se constroem nas relações que se estabelecem através das relações de vizinhança, de parentesco, de comercialização, de oferta e procura por trabalho, de religião, de busca por serviços públicos e lazer.

O recurso de entender o papel das redes de relações sociais na inserção do migrante na fronteira do Brasil com a Venezuela e interpretá-las como contexto e situações que expressam a cultura local, serve à intenção de reforçar o entendimento do trânsito transnacional de itens culturais da população que vive na fronteira e das nacionalidades ali presentes. Cabe notar que, as redes de relações

sociais, que se constroem no trânsito transnacional, podem ser observadas por meio do câmbio, da constituição de grupos de amigos e vizinhança, das fofocas e estereótipos da vida social local, dos casamentos transnacionais, das campanhas públicas de saúde e de educação; das relações de saber e aprendizagem; das atividades de lazer; do comércio de mercadorias; da inter-relação de diferentes festas e ritmos musicais; do modo de viver as religiosidades, enfim, da ressignificação das construções culturais de que se apropriam os grupos étnicos e as sociedades nacionais.

Nesse caso, o conceito de redes de relações sociais usado por Barnes (1987, p.163), torna-se um instrumento importante para captar a vida social em sua totalidade, pois tem em vista a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. Para o mesmo autor, “as conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto aquelas que vinculam pessoas de grupos diferentes. Por isso, uma análise da ação em termos de uma rede deve revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos”.

Portanto, as redes de relações sociais ajudam a interpretar, no caso da fronteira do Brasil com a Venezuela, como os migrantes brasileiros e venezuelanos estabelecem processos de comunicação e interação com a articulação de interesses comuns dada a realidade em que se inserem. Isso faz, muitas vezes, com que as relações estruturadas e as relações não-estruturadas se inter cruzem, ao mostrarem o reflexo de atitudes de companheirismo, rixas, bloqueios, empréstimos, enfim, situações que facilitam ou emperrem os processos comunicativos e culturais.

5. Considerações finais

Ao longo da história da humanidade, a fronteira sempre esteve intimamente relacionada às formas de propriedade da terra pelo grupo social. Sendo assim, é pela característica das fronteiras fluídas que a dinâmica fronteira entre o Brasil e a Venezuela, torna-se frequente por meio dos estados vizinhos Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela). É possível comprovar esse aspecto nos estudos de Faria et. al. (2012), que confirmam que, desde o ano de 2006, as relações entre Roraima e Bolívar tem se estreitado. Para os autores, isso foi possível a partir de um diálogo

mais efetivo entre os governadores de ambos os estados⁶, o que pode ser evidenciado nos Encontros de Governadores Bolívar/Roraima que vem ocorrendo desde então.

Fica evidente, nos estudos de Faria et. al. (2012), que desses encontros resultaram assinaturas de alguns acordos e termos de compromissos, principalmente nas áreas de Educação, Saúde, Agricultura e Segurança. Além disso, entre um encontro e outro, diversos eventos foram realizados ao longo dos últimos cinco anos, como, por exemplo, o Seminário intitulado “Oportunidades de Negócios com o Estado de Roraima – Brasil”, realizado no dia 02/05/2006, em Caracas/Venezuela.

Conseqüentemente, para promover uma integração mais efetiva, membros do governo de Roraima e representantes do setor da economia realizaram e ainda realizam muitas viagens ao país vizinho, visitando autoridades e defendendo os projetos que envolvem a região de fronteira. Da mesma forma, Roraima também recebe regularmente a visita de comitivas venezuelanas com os mesmos objetivos.

Diante do exposto, constatamos que os estados fronteiriços Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela) mantêm relações de amizade e cooperação em diversos setores, tais como educação, segurança pública e saúde. No entanto, existe uma preocupação de que essas relações se fragilizem, principalmente devido que a crise política e econômica em que estão passando o Brasil e a Venezuela, além da suspensão por tempo indeterminado da Venezuela do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em dezembro de 2016⁷.

Embora a existência da preocupação mencionada, os governos de Roraima e Bolívar continuam apostando na intensificação das relações entre os dois estados à medida em que os obstáculos à integração econômica sejam eliminados. Não se pode deixar de mencionar que a relação próxima e amistosa entre os governos de Roraima e Bolívar não é algo comum em regiões de fronteira, pelo menos não nesse nível de proximidade.

⁶ Faria et. al. (2012) nos informam que o diálogo mais efetivo entre os governadores de Roraima e Bolívar, a partir de 2006, iniciou na gestão do governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto e na gestão do governador de Bolívar Francisco Rangel Gómez.

⁷ Segundo o Portal de Notícias G1, em reportagem publicada no dia 01/12/2016, a Venezuela foi suspensa do Mercosul por não ter cumprido acordos e tratados do protocolo de adesão ao bloco. Informação acessada em 10/03/2017 e disponível no site: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-venezuela-por-nao-cumprir-normas-do-bloco-dizem-agencias.ghtml>.

Além dessa questão, a circulação de pessoas e mercadorias na fronteira do Brasil com a Venezuela, por ter se tornado cada vez mais dinâmica, tem contribuído para o desenvolvimento de ambos os estados, tendo em vista que tanto Roraima quanto Bolívar estão distantes dos seus respectivos centros econômicos nacionais e, portanto, uma interação cada vez mais consolidada entre os países vizinhos ampliará as relações comerciais, tanto no que diz respeito à oferta de produtos e serviços, quanto ao mercado consumidor. O cenário mencionado exige, sem dúvida, uma explicação da fronteira em questão a partir do ponto de vista sociológico, estimulando o debate existente entre a fronteira geográfica e a fronteira simbólica.

6. Referências

- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal: Unesp, 2010.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FIELDNAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- CARDOSO, Michele Gonçalves. Vozes da cidade: percepções de migrantes retornados à cidade de Criciúma/SC. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.20, p.53-68, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução. _____; BAINES, Stephen Grant (Orgs). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2005.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- FARIA, Ana Carolina Viana; DINIZ, Alexandre Magno Alves; AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. A formação da fronteira entre Brasil e Venezuela: Aspectos

históricos e relações bilaterais contemporâneas. In: LIMA, Marcos Costa; BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (Orgs.). **Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos**. Boa Vista: UFRR, 2012.

FAULHABER, Priscila. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 51, p. 105-125, 1º semestre de 2001.

FOLHA WEB. Audiência Pública debate situação da imigração venezuelana em Roraima. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 09 set. 2016. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Audiencia-Publica-debate-situacao-da-imigracao-venezuelana-em-Roraima/20019>. Acesso em: 09/09/2016.

GRIMSON, Alejandro. Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas em Uruguayana (Brasil)–Libres (Argentina). In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G (Orgs.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nação**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.) **Território sem limites - Estudos sobre Fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1981.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: Uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEAUFGPA, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras internacionais – Uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. **Fronteira: uma categoria sociológica?**. (Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia). Curitiba: UFPR, 2011.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. **Fronteira: uma categoria sociológica?**. (Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia). Curitiba: UFPR, 2011.

TURNER, Frederick J. **The frontier in american history**. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1963.